

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

ALIANÇA PARA O PROGRESSO, GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO E O ENSINO DE  
ADMINISTRAÇÃO: AS (RE)ORGANIZAÇÕES DO CAMPO NOS ANOS 1960

**Ana Paula Medeiros Bauer** (Unigranrio) - [anabauer@id.uff.br](mailto:anabauer@id.uff.br)

*Doutoranda em Administração Unigranrio, Tutora à Distância CEDERJ - Engenharia de Produção UFF*

O ensino em administração no Brasil vêm crescendo de maneira considerável ao longo do tempo, dados do censo do ensino superior de 2016 apontam que o curso possui grande procura entre os estudantes. Dessa forma, traçar estudos que foquem especificamente nesse campo de ensino se mostram relevantes e necessários. Diversos autores buscam desenvolver esse esforço de (re)contar as possibilidades da história desse campo de ensino. Sendo assim, Machado (1966) estudou e pesquisou como se deu a implementação do ensino em administração pública no país; Coelho e Nicolini (2013; 2014) também estudaram a construção e as origens do ensino em administração pública; Motta (1983), Fisher (1985) e Serva (1992) apontam para a influência estrangeira nos conteúdos dos cursos de administração.

Alcadipani e Bertero, (2012, 2014, 2018) investigaram a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV) e as relações estabelecidas com a Fundação Ford, Barros (2014) pesquisou a consolidação do curso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Barreto (1999) investigou na ocasião os quarenta anos de história da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Barros et al (2018) estudou a criação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Barros e Carrieri (2013) buscaram investigar o ensino superior em administração entre as décadas de 1940 e 1950; já Vizeu (2008, 2018) abordou em sua pesquisa o management no Brasil na perspectiva histórica, focando no projeto do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) nas décadas de 1930 a 1940; por sua vez Wanderley et al (2018) pesquisaram a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950 e como essas instituições buscaram desenvolver uma administração brasileira nesse período.

Como se percebe, os estudos mencionados não tiveram uma preocupação estrita em investigar o ensino de administração na década 1960, alguns até esbarram em determinados anos desse período mas não tinham o intuito de compreender o desenvolvimento do ensino ao longo desses anos. A década de 1960 teve momentos de bastante agitação no contexto da América Latina e especificamente no contexto brasileiro. Gonçalves (2016) aponta que tal período foi conturbado no Brasil e no mundo e por essa razão continua instigando questões e curiosidades para o interesse acadêmico. Foi um momento marcado pela “proeminência estadunidense em contraponto à crescente força da política soviética, bem como a polarização mundial produzida pela Guerra Fria” (GONÇALVES, 2016, p. 3). No Brasil, o início da década suscitava um grande incentivo ao desenvolvimento de um pensamento nacional que buscasse refletir a realidade local, o governo Jango enquanto nacional desenvolvimentista, atuou e desenvolveu políticas que apoiavam e financiavam o fortalecimento nacional de brasileiros para brasileiros (DELGADO, 2010). Concomitante ao governo de Jango, em 1961, assumia o governo nos Estados Unidos John F. Kennedy que surgia como um grande ator político que visava exercer um importante papel na luta travada contra a influência comunista de Fidel Castro após a implementação do regime comunista em Cuba (GONÇALVES, 2016).

O então presidente dos EUA detinha o entendimento de que era necessário ampliar a aceitação de seu país na América Latina para que a onda comunista não seguisse adiante (GONÇALVES, 2016). Dada essa consciência contextual, os EUA lançam ainda em 1961 a Aliança para o Progresso (Alpro), um programa desenvolvido pelo país para desenvolver a América Latina, por meio dos mecanismos estadunidenses, visando conter o avanço de ideias ligadas a um outro tipo de desenvolvimento que não coadunasse com o modelo capitalista norte americano (GONÇALVES, 2016). O

programa despenderia um investimento de 20 bilhões de dólares ao longo da década para auxiliar no financiamento de projetos de desenvolvimento e reforma social. No Brasil, a Alpro atuou em diversos setores, inclusive financiando a criação da Vila Kennedy e da Vila Aliança no Rio de Janeiro, na década de 1960, a constituição das vilas faziam parte do projeto de remoção dos trabalhadores para áreas mais periféricas da cidade (ARAÚJO, 2018). Além de buscar financiar projetos de melhorias da saúde da população instalando tratamento de água e esgoto e construindo casas para a população de baixa renda (KLUGER, 2017), a Alpro tinha o intuito de entregar aos países periféricos, ditos subdesenvolvidos, o conhecimento científico para resgatá-los de seu próprio atraso (WANDERLEY, 2016).

A Alpro começou a ser gestada enquanto ideia no universo acadêmico americano, uma década antes de ser lançada, a partir dos anos 1950, tendo Walt Rostow – que dez anos depois publicaria “The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto” - e Robert Millikan como seus principais idealizadores (KLUGER, 2017). Ambos eram economistas e PhD’s da Universidade de Yale e participaram do projeto financiado pela Fundação Rockefeller e Ford e pela Central Intelligence Agency (CIA) que foi conduzida pelo Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT) (KLUGER, 2017). Tal projeto tinha o intuito de avaliar como os EUA poderiam agir para desenvolver a democracia e a economia dos países subdesenvolvidos (KLUGER, 2017). Além disso, outros economistas também integravam o projeto sendo eles Rosenstein-Rodan (do MIT), John Kenneth Galbraith (de Harvard), Lincoln Gordon, o historiador Arthur M. Schlesinger e o advogado Richard Goodwin que também pertenciam à Harvard (KLUGER, 2017). O grupo ficou conhecido como “Charles River” já que seus componentes trabalhavam em suas respectivas universidades às margens do Rio Charles, tal grupo buscava permitir “às nações subdesenvolvidas, na frase de Rostow, chegar ao arranco para o crescimento econômico autopropulsionado” (SCHLESINGER, 1966, p. 592). No final dos anos 1950, Lincoln Gordon desembarca no Brasil para coordenar pesquisas da Harvard sobre o país onde estabeleceu contatos para desenvolver trabalhos com a CONSULTEC (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda). A CONSULTEC foi fundada principalmente por Roberto Campos, Lucas Lopes, Mário Henrique Simonsen, Glycon Paiva, Frederico Heller, Dênio Nogueira entre outros (DREIFUSS, 1981). Entre 1961 e 1966 Gordon se estabeleceu como embaixador dos EUA no Brasil implementando os projetos da Alpro e tendo participação nos movimentos que levaram ao golpe empresarial civil militar em 1964 (GREEN e JONES, 2009; KLUGER 2017; GONÇALVES, 2016). Sendo assim, nota-se a necessidade de se investigar mais sobre os mecanismos e projetos de intervenção que atuaram na década de 1960 e seus impactos no ramo da educação em administração que era considerado um setor educacional de grande valia para o modelo desenvolvimento social e econômico que se pretendia implementar. Dessa maneira, o futuro estudo visa contribuir com os trabalhos preocupados em compreender a história do ensino em administração no Brasil e como o modelo desenvolvido impacta na gestão das organizações, tendo como objetivo entender quais são os elementos/mecanismos de geopolítica do conhecimento que atuaram na (re)organização do campo de ensino em administração nos anos 1960. Acredita-se que desenvolver o objetivo dessa pesquisa por meio de uma perspectiva histórica pode auxiliar a apontar condicionantes do passado que refletem no presente do campo organizacional.

Para tanto, pretende-se realizar uma pesquisa histórica, percebida no futuro estudo não como uma ciência do passado, mas sim como uma ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2001). Fala-se sobre dualidade da história, pois a história é ao mesmo

tempo o que aconteceu e as narrativas sobre o que aconteceu (LE GOFF, 1992). Ao perceber a história dessa maneira, já circunscrevo o trabalho em uma mudança paradigmática que ocorreu dentro do campo da história. A mudança paradigmática se movimentou da narrativa cronológica, linear e factual (iluminista) para a história nova e história social (pós-iluminista), uma história renovada, não tradicional, buscando compreender as estruturas por meio de novas possibilidades de fontes.

Burke (1990) aponta que para o paradigma tradicional o objeto da história é a política e seus pesquisadores a percebem como narrativas dos acontecimentos essencialmente, se concentrando nas grandes realizações humanas com poder de Estado, ou seja, a história vista de cima. Já a história nova vê em toda a atividade humana uma possibilidade de objeto de estudo e se preocupa em analisar como a estrutura é constituída, como acontecem as relações, se concentrando nas opiniões dos indivíduos comuns e suas experiências com a mudança social, ou seja, uma perspectiva da história vista de baixo (BURKE, 1990). Desse modo, o futuro estudo visa explorar e problematizar as relações políticas, econômicas e sociais que envolveram o desdobramento do ensino em administração na década de 1960 a partir de uma perspectiva histórica.

Serão analisados documentos disponíveis em arquivos para pesquisa, tais como acordos e programas de parcerias entre instituições brasileiras e estrangeiras, ementas dos cursos de administração, programas de disciplina e todo o material relevante que emergir do campo. Para análise de tal material pretende-se realizar uma leitura crítica do documento, o que não deixa de ser um método para analisá-los, mas também um olhar epistemológico sob o mesmo (SAMARA e TUPY, 2010). Como buscar questionar e refletir sobre o estabelecimento de fatos? Como identificar relevância e veracidade dos fatos? Para isso é necessário realizar o que Prost (2012) chama de crítica histórica, tratando-se de uma crítica externa e interna aos documentos. A crítica externa refere-se a matéria física do documento, o tipo de papel que o constitui, a escrita, marcas particulares que o compõe, já a crítica interna diz respeito à coesão e coerência do texto, a compatibilidade de datas e fatos (PROST, 2012).

Para que as pesquisas possam assumir suas limitações e fragilidades com clareza, é interessante refletir e questionar quando o documento foi desenvolvido? Onde foi? Por quem foi? Para Quem foi? Para quê foi? Por quê foi? Como foi?, questionar também sobre os silêncios, ausências, vazios “ que sempre fazem parte do conjunto e que, por não serem tão facilmente detectáveis nas fontes, são, por vezes, ignorados” (Samara e Tupy, 2010, p.124). Portanto, os pesquisadores descobrem e organizam suas fontes, e as usam para a construção de seus argumentos históricos estabelecendo a credibilidade desses argumentos, buscando promover a triangulação das fontes para desenvolver uma história com maiores possibilidades.

O futuro trabalho também terá como base epistemológica o projeto de investigação modernidade /colonialidade/ decolonialidade (MCD). O projeto foi desenvolvido por pesquisadores majoritariamente latino americanos, comprometidos com o objetivo de “substituir a universalidade eurocêntrica e criar condições para um mundo no qual muitos mundos e conhecimentos possam coexistir” (FARIA, 2013, p. 278). Um dos principais conceitos que serão utilizados para realizar o trabalho será a geopolítica do conhecimento que percebe no campo dos saberes a disputa pela posição dominante, ou seja, é preciso que um conhecimento prevaleça sobre o outro para que a dominação e assim a colonialidade possa se estabelecer. Portanto, trabalhar com a perspectiva decolonial nos estudos do ensino em administração se faz necessário para colaborar com a busca sobre o entendimento do passado para iluminar e buscar alinhar o futuro com as necessidades reais do presente (ABADALLA e FARIA, 2017). Deve-se

compreender a geopolítica do conhecimento transferindo a atenção daquilo que foi e é tido como legítimo e reconhecido percebendo quais são interesses que sustentam o discurso enunciado (MIGNOLO, 2008). O conceito de geopolítica do conhecimento reconhece que determinados conhecimentos são privilegiados enquanto outros são silenciados e por conta dessa dinâmica a coexistência de mundos, realidades e conhecimentos se torna enfraquecida (MIGNOLO, 2008).

Além disso, ao falar de geopolítica do conhecimento tendo o intuito de elevar a coexistência de diversos saberes, é preciso também abordar os aspectos de *border thinking*, diferença colonial e transmodernidade, elementos importantes do projeto MCD. O *border thinking* foi definido como “um outro pensamento” de diferentes locais” que advém de uma epistemologia da exterioridade, “implantada por indivíduos e coletivos que conseguem construir uma agência a partir da diferença colonial” (FARIA, 2013, p. 284). Por sua vez, a ‘diferença colonial’ é um exercício de ir à ‘borda’ e voltar para o interno, buscando produzir um outro conhecimento, levando em consideração toda a bagagem acumulada. Faria (2013, p. 284), aponta que “a diferença colonial envolve rearticular fronteiras internas e externas”, mas não se caracteriza como a junção de conhecimentos ou complementariedades, mas sim o desenvolvimento de um outro conhecimento produzido pela periferia acadêmica. Já a transmodernidade indica e engloba todos os aspectos além e anterior às estruturas valorizadas pela cultura moderna européia-nortamericana, ou seja, busca promover um diálogo intercultural abrangendo e acolhendo todos os saberes existentes ( DUSSEL, 2011).

Nesse sentido, desvendar a geopolítica do conhecimento que se articulava no período de 1960 se torna um dos resultados esperados com a futura pesquisa, se apoiando nos conceitos de *border thinking*, ‘diferença colonial’ e transmodernidade que poderão fornecer um posicionamento epistemológico diante dos dados que são coletados no campo. Os elementos do projeto MCD podem auxiliar na análise do ensino de administração no período destacado, buscando compreender qual modelo de ensino se torna o ‘legitimado’, o que esse modelo difere do anterior, porquê e quais foram os mecanismos, articulações, relações e projetos desenvolvidos para a consolidação desse modelo de ensino, visando apontar a (re)organização do campo de ensino em administração nos anos 1960. Essas são algumas questões que o estudo futuro pretende pesquisar e (des)velar buscando contribuir para a historiografia já iniciada sobre a história do ensino em administração, sem ter a pretensão de ser tornar a única história ou A história legítima, mas sim colaborar com mais uma história possível sobre o ensino de administração.

## REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, F. Vila Aliança: lugar de história e luta. ANF – Agência de Notícias das Favelas. Disponível em: <http://www.anf.org.br/vila-alianca-lugar-de-historia-e-luta/>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.

ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.

ALCADIPANI, R., & BERTERO, C. O. (2012). Guerra Fria e ensino do management no Brasil: O caso da FGV-EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299.

ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Os EUA, a exportação e a expansão do ensino de Management no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 50-63, mar. 2018.

ALCADIPANI, R., & BERTERO, C. O. (2014). Uma escola americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169.

BARRETO, O. (1999). Escola de Administração da UFBA: 40 anos de história. *Organizações & Sociedade*, 6(15), 9-14.

BARROS, A. (2014). Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: Dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(1), 7-25.

BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. A criação do curso superior em Administração na UFRGS em 1963: Uma análise histórica [Versão original]. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 1, janeiro-fevereiro, p.3-15, 2018.

BARROS, A., & CARRIERI, A. (2013). Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: Uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(2), 256- 273.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BURKE, P. *La Revolución Historiográfica Francesa. La Escuela de los Annales: 1929-1989*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1990

COELHO, F. & NICOLINI, A. (2013). Do auge à retração: Análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, 20(66), 403-422.

COELHO, F. de S., & NICOLINI, A. M. (2014). Revisitando as origens do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1854- 1952). *RAP-Revista de Administração Pública*, 48(2), 367-388.

DELGADO, L., A.,N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia *Tempo*, vol. 14, núm. 28, enero-junio, 2010, pp. 125-145 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

DUSSEL, E. Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación). In: LANDER, E. (org) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y cinecias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. 2 ed – Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2011.DREIFUSS, R., A. 1964: a

*conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.*

FARIA, A. **Border thinking in action:** Should critical management studies get anything done? In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 277-308, 2013.

FISCHER, T. M. (1985). O ensino de Administração Pública no Brasil: Da tutela estrangeira à autonomia necessária. In: *Reunião nacional da ANPAD*, Belo Horizonte (pp. 165-170). GREEN, James; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.

GONÇALVES, M., S. American Way Of Business: Empresariado Brasileiro E Norte-Americano No Caminho Do Golpe Empresarial-Militar de 1964. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2016. 356 f.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Educacional do Brasil, 2016.** Brasília, 2016.

KLUGER, E. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil – Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2017. 855 f.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Unicamp, 1992

MACHADO, M. B. (1966). *O ensino de Administração Pública no Brasil.* Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

MIGNOLO, W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. In: MORAÑA, M.; DUSSEL, E. e JÁUREGUI, C.,A. (Orgs). **Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate.** Duke University Press. 2008.

MOTTA, F. C. P. (1983). A questão da formação do administrador. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 23(4), 53-55.

PROST, Antoine. “Os fatos e a crítica histórica”. In: *Doze lições sobre a história* – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 53 – 73.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira. *A leitura crítica do documento.* In: *História e Documento e Metodologia de Pesquisa.* 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2010.

SERVA, M. (1992). A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica. *RAP-Revista de Administração Pública*, 26(4), 128-144. SCHLESINGER, A., M., J. Mil dias John F. Kennedy na Casa Branca. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. Vol 2., 1966.

VIZEU, F. Idort e difusão do Management no Brasil na década de 1930 [Versão original]. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 2, Março-Abril, p.163-173, 2018.

VIZEU, F. **Management no Brasil em perspectiva histórica**: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 a 1940. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008.

WANDERLEY, Sergio. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

WANDERLEY, Sergio; CELANO, Ana; OLIVEIRA, Fátima Bayma. EBAP e ISEB na busca por uma administração brasileira: uma imersão nos anos 1950 para iluminar o século XXI. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 64-80, mar. 2018.